



# PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 2013-2017

# UNEB

Universidade do Estado da Bahia

Salvador  
maio de 2013



*Aprovado pela resolução nº 975/2013  
do Conselho Universitário (CONSU) da  
Universidade do Estado da Bahia.*



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Jaques Wagner**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**  
**Oswaldo Barreto Filho**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**  
**Lourivaldo Valentim da Silva**

**REITOR**

Lourivaldo Valentim da Silva

**VICE-REITORA**

Adriana Santos Marmori Lima

**CHEFE DE GABINETE**

Lídia Boaventura Pimenta

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROGRAD**

José Bites de Carvalho

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PPG**

José Cláudio Rocha

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX**

Adriana Santos Marmori Lima

**PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO – PROPLAN**

Luiz Paulo Almeida Neiva

**PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS – PGDP**

Marcelo Duarte de Ávila

**PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PRAES**

Otávio de Jesus Assis

**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD**

José Durval Uzêda Filho

**PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTURA – PROINFRA**

Djalma Fiuza Almeida

**PROCURADORIA JURÍDICA - PROJUR**

Eduardo Lessa Guimarães

**UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL**

Benjamin Ramos Filho

**ASSESSORIAS ESPECIAIS**

Wilson Roberto de Mattos

Zita Maria Farias Gomes Guimarães

Luís Carlos dos Santos

## DEPARTAMENTOS

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
EXATAS E DA TERRA – *CAMPUS I* –  
SALVADOR**

Prof<sup>a</sup> Marta Valéria Almeida de Andrade

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS- *CAMPUS I* – SALVADOR**

Prof. Antonio José Batista de Azevedo

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO –  
*CAMPUS I* – SALVADOR**

Prof<sup>a</sup> Carla Liane Nascimento Santos

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA  
VIDA – *CAMPUS I* – SALVADOR**

Prof. Atson Carlos de Souza Fernandes

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
EXATAS E DA TERRA – *CAMPUS II* –  
ALAGOINHAS**

Prof<sup>a</sup> Vera Lúcia Costa Vale

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO –  
*CAMPUS II* – ALAGOINHAS**

Prof. Ubiratan Azevedo de Menezes

**DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E  
CIÊNCIAS SOCIAIS –  
*CAMPUS III* – JUAZEIRO**

Prof. Ruy de Carvalho Rocha

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS – *CAMPUS III* – JUAZEIRO**

Prof<sup>a</sup>. Aurilene Rodrigues Lima

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS – *CAMPUS IV* – JACOBINA**

Prof. José Carlos de Araújo Silva

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS – *CAMPUS V* – SANTO  
ANTÔNIO DE JESUS**

Prof<sup>a</sup> Cláudia Pereira de Sousa

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS – *CAMPUS VI* – CAETITÉ**

Prof. Ginaldo Cardoso de Araújo

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO –  
*CAMPUS VII* – SENHOR DO BONFIM**

Prof<sup>a</sup> Norma Leite Martins de Carvalho

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO –  
*CAMPUS VIII* – PAULO AFONSO**

Prof. Dorival Pereira Oliveira

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS – *CAMPUS IX* –  
BARREIRAS**

Prof<sup>a</sup> Marilde Queiroz Guedes

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO –  
CAMPUS X – TEIXEIRA DE FREITAS**  
Prof. Décio Bessa da Costa

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO –  
CAMPUS XI – SERRINHA**  
Profª Elivânia Reis de Andrade Alves

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO –  
CAMPUS XII – GUANAMBI**  
Prof. Marcius de Almeida Gomes

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO –  
CAMPUS XIII – ITABERABA**  
Prof. Climério Manoel Macedo Moraes

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO –  
CAMPUS XIV – CONCEIÇÃO DO COITÉ**  
Prof. Deijair Ferreira da Silva

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO –  
CAMPUS XV – VALENÇA**  
Prof. Pedro Augusto Lopes Sabino

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E TECNOLOGIAS –  
CAMPUS XVI – IRECÊ**  
Profª. Helga Porto Miranda

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E TECNOLOGIAS –  
CAMPUS XVII – BOM JESUS DA LAPA**  
Proª. Elvina Perpétua Ramos Almeida

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E TECNOLOGIAS –  
CAMPUS XVIII – EUNÁPOLIS**  
Prof. Pedro Daniel dos Santos Souza

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E TECNOLOGIAS –  
CAMPUS XIX – CAMAÇARI**  
Profª Márcia Santos Cerqueira

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E TECNOLOGIAS –  
CAMPUS XX – BRUMADO**  
Profª Marcilene Oliveira Sampaio

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E TECNOLOGIAS –  
CAMPUS XXI – IPIAÚ**  
Profª Tereza Cristina Damásio Cerqueira

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E TECNOLOGIAS –  
CAMPUS XXII – EUCLIDES DA CUNHA**  
Prof. Edson Barreto Lima

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E TECNOLOGIAS – CAMPUS XXIII –  
SEABRA**  
Prof. Gildeci de Oliveira Leite

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E TECNOLOGIAS –  
CAMPUS XXIV – XIQUE-XIQUE**  
Prof. João Silva Rocha Filho

## **COMISSÃO DE ELABORAÇÃO PDI 2013-2017**

Luiz Paulo Almeida Neiva – Presidente

Fernanda Lima Badaró Lacerda – Suplente Pró-Reitoria de Planejamento

José Claudio Rocha – Titular Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação

Fernando Luís de Queiroz Carvalho – Suplente Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação

José Bites de Carvalho – Titular Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Dayse Lago de Miranda – Suplente Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Adriana dos Santos Marmorini Lima – Titular Pró-Reitoria de Extensão

Reginaldo Conceição Cerqueira – Suplente Pró-Reitoria de Extensão

Augusto César Rodrigues Mendes – Titular Comissão Própria de Avaliação

Maira Portofé de Mello – Suplente Comissão Própria de Avaliação

Wilson Roberto de Mattos – Titular Gabinete da Reitoria

Paulo José Gonçalves de Souza – Suplente Gabinete da Reitoria

Carla Liane Nascimento dos Santos – Titular Diretores de Departamentos

Marcus de Almeida Gomes – Suplente Diretores de Departamentos

Antonio José Batista de Azevedo - Titular Diretores de Departamentos

Flávio Dias dos Santos Correia - Suplente Diretores de Departamentos

Marcelo Ferreira Lemos Filho – Titular Representação Estudantil

Anderson Lima Rodrigues – Suplente Representação Estudantil

# SUMÁRIO

Apresentação	11
1. Missão	13
2. História	13
3. Princípios institucionais	15
4. Objetivos institucionais	16
5. Organização administrativa	17
6. Projeto Pedagógico Institucional	19
6.1. Inserção regional	19
6.2. Políticas para a área finalística: ensino, pesquisa e extensão	21
i. Ensino de Graduação	21
ii. Pesquisa, Ensino de Pós-Graduação e Inovação	23
iii. Extensão	24
7. Ações afirmativas	27
8. Assistência estudantil	28
9. Políticas para a área meio	30
i. Gestão eficiente e descentralizada	30
ii. Modernização	32
iii. Infraestrutura	34
iv. Internacionalização	37
v. Corpo docente	37
vi. Corpo técnico-administrativo	38
vii. Corpo discente	39
viii. Acessibilidade	40
ix. Sistema de Bibliotecas	42
x. Serviço Médico, Odontológico e Social	43
xi. Editora	44

10. Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas	45
i. Perfil de egresso	45
ii. Seleção de conteúdos	45
iii. Princípios metodológicos	46
iv. Processo de avaliação	47
v. Atividade prática profissional, complementar e de estágio	47
11. Avaliação institucional	47
12. Aspectos financeiros e orçamentários	49
i. Planejamento econômico-financeiro	49
ii. Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira	50
<b>LISTA DE QUADROS</b>	
Quadro 01 – Receitas da Universidade do Estado da Bahia	51
Quadro 02 – Despesas da Universidade do Estado da Bahia	52
<b>LISTA DE FIGURAS</b>	
Figura 01 – Estrutura organizacional da Uneb	18
Figura 02 – Mapa de localização dos campi Uneb	20

# APRESENTAÇÃO

A complexidade das sociedades atuais tem demandado da instituição universitária uma multiplicidade de papéis que envolvem inúmeros desdobramentos do tripé ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, que aponta para uma universidade viva, ativa e socialmente responsável, a gestão da Uneb, ciente de estar à frente de uma das maiores universidades *multicampi* do país, tem refletido sobre os avanços e, principalmente, os desafios que indicam a necessidade de implantar um modelo de gestão participativo e uma política de planejamento focada em áreas prioritárias.

Presente em 24 municípios baianos, a Uneb tem concentrado seus esforços no incentivo a programas e projetos que ampliem o acesso e a permanência em cursos de graduação e pós-graduação e na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. No âmbito administrativo, as atividades estão direcionadas para o fortalecimento da qualificação de servidores e docentes, a ampliação do quadro de servidores efetivos e a modernização do processo de gestão administrativa.

A assistência estudantil tem recebido atenção especial, com base no entendimento de que a educação, enquanto necessidade e direito do cidadão, precisa ser fomentada a partir da adoção de mecanismos que garantam o acesso e a permanência dos estudantes na Universidade.

Na área de ensino, a Uneb tem primado pela oferta de cursos presenciais em todos os seus *campi*, investindo na qualificação docente, na implantação de laboratórios e na ampliação do acervo bibliográfico para garantir a formação qualificada. Da mesma forma, os programas especiais Plataforma Freire e Educação à Distância garantiram a ampliação das vagas, com impacto positivo no ensino básico, a partir da formação continuada de profissionais que atuam na educação pública do Estado.

Na área de pesquisa e de pós-graduação destaca-se a ampliação do número de programas e cursos, com a criação de mestrados profissionais, aprovação do Plano de Ação para a Pós-Graduação, crescimento dos grupos de pesquisa, fortalecimento do programa de Iniciação Científica e programas de apoio e fomento da pesquisa e pós-graduação tais como o Programa de Fortalecimento dos Grupos de Pesquisa (Proforte) e o Programa de Apoio à Pós-Graduação (Propós).

Destacam-se, ainda, as ações no campo da inovação, o empreendedorismo e a popularização da ciência, executadas pela Agência Uneb de Inovação, órgão suplementar que tem como objetivo identificar e apoiar

o desenvolvimento de tecnologias inovadoras, proteger a propriedade intelectual e contribuir para o desenvolvimento social e econômico da Bahia.

A extensão universitária tem se consolidado como um espaço fértil da relação universidade-sociedade, com participação efetiva da comunidade acadêmica (estudantes, técnicos e professores) na concepção e desenvolvimento de projetos educativos, sociais e culturais. As publicações de trabalhos científicos e a elaboração de novas propostas voltadas para a comunidade externa, principalmente de articulação entre o ensino superior e a educação básica em todo o território baiano são resultados dessa aproximação.

Em 2012, a Uneb assumiu a liderança entre as Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, ficando em 10º lugar no *ranking*<sup>1</sup> de IES da América. Em comparação com a pesquisa de 2011 da mesma instituição, a Uneb subiu 51 posições. No quesito citações em trabalhos acadêmicos, alcançou a liderança na Bahia, confirmando o crescimento dos investimentos da instituição em pesquisa. É meritório levar ao conhecimento público tão importante cabedal de conquistas, no âmbito de uma universidade que celebra, neste ano de 2013, seus 30 anos de existência.

Convivem com esse elenco de ações exitosas algumas outras que não lograram a performance desejada, configurando desafios que nos incitam e motivam a redobrar os esforços para as superações devidas neste PDI, em cujo arcabouço pontificam compromissos orientados à permanente aplicação e aprimoramento na perseguição aos objetivos e metas estabelecidos.

A elaboração deste documento teve como referências o Plano Estratégico, o Plano Plurianual 2012-2015, o Plano de Metas 2010-2013, o relatório da Comissão Própria de Avaliação e os relatórios circunstanciados de atividades da Universidade, sendo também utilizados outros documentos da Uneb contributivos à amplitude e consistência das informações aportadas no empreendimento.

Esperamos que este Plano de Desenvolvimento Institucional sirva como guia para as ações da Universidade, na perspectiva da realização dos objetivos e metas aqui propostos, impulsionando a implantação de uma cultura institucional fundamentada na busca incessante da excelência acadêmica e em efetiva contribuição à construção de uma Bahia economicamente pujante e socialmente mais justa.

Lourivaldo Valentim da Silva  
Reitor

---

1 O *ranking* foi divulgado em junho de 2012 pela *QS Quacquarelli Symonds University Rankings*, organização mundial sediada na Inglaterra que avalia o desempenho de instituições de ensino de todos os continentes.

## 1. MISSÃO

A Universidade do Estado da Bahia (Uneb) tem como missão a produção, socialização e aplicação do conhecimento nas mais diversas áreas do saber, em dimensão estratégica, com vistas à formação do cidadão e ao desenvolvimento das potencialidades políticas, econômicas e sociais da comunidade baiana, sob a égide dos princípios da ética, da democracia, da justiça social e da pluralidade etnocultural.

Por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, articuladas de modo a garantir a produção do conhecimento, a Universidade contribui para o desenvolvimento do Estado da Bahia, do Nordeste e do país, ao promover a formação de profissionais qualificados, a produção e disseminação do saber, em busca da construção de uma sociedade com equidade social.

## 2. HISTÓRIA

A Universidade do Estado da Bahia tem origem no seu núcleo embrionário, o Centro de Educação Técnica da Bahia (Ceteba), autorizado a funcionar mediante convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria da Educação e Cultura. São documentos legais da criação do Ceteba a Portaria Ministerial nº 111 de 19/02/1968, documento básico para o estabelecimento daquele convênio por tempo indeterminado e, logo no ano seguinte, o Decreto Estadual nº 21.455/69, que dispunha sobre o funcionamento daquele Centro e sua manutenção e administração a cargo da referida Secretaria.

Transformado em Fundação Centro de Educação Técnica da Bahia, em 10/04/74, manteve a sigla Ceteba e assim funcionou até o advento da Lei Delegada nº 12 de 03/12/80 pela qual, ao mesmo tempo em que se extinguiu o Ceteba, criava-se a Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia (Seseb), com o status de autarquia estadual vinculada à Secretaria de Educação. Com tais prerrogativas, a Seseb passou a congrega e integrar as unidades do Sistema Estadual de Educação Superior no Estado da Bahia: Ceteba, Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco; as Faculdades de Formação de Professores de Alagoinhas, Jacobina e Santo Antônio de Jesus e as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité e de Juazeiro.

Em junho de 1983, a Lei Delegada nº 66 de 01/06/83 extinguiu a Seseb, criando a Universidade do Estado da Bahia, constituída pelas unidades vinculadas àquela autarquia, às quais se juntaram duas ulteriormente criadas: as Faculdades de Educação da Universidade do Estado da Bahia, localizadas em Salvador e em Senhor do Bonfim.

O funcionamento da Uneb foi autorizado pelo Decreto Presidencial nº 92.937 de 17/07/86, caracterizando-se como instituição de ensino superior “mantida pela autarquia Universidade do Estado da Bahia, em regime especial e em sistema *multicampi* de funcionamento, vinculada à então Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Bahia”.

Consolida-se o acesso ao ensino superior, também no interior do estado, com o reconhecimento da Uneb, através da Resolução nº 115/95 do Conselho Estadual de Educação (CEE), homologada pela Resolução nº 351/95 do Conselho Federal de Educação (CFE) e Portaria Ministerial nº 909 de 31/07/95.

A partir da vigência da Lei Estadual nº 7.176 de 10/9/97, regulamentada pelo Decreto Governamental nº 7.223/98 de 20/1/98, foi instituída na Uneb a estrutura orgânica com base em departamentos, passando a ser administrada pelo sistema binário<sup>2</sup>, extinguindo-se as faculdades e centros existentes, o que foi referendado pela Portaria nº 909 de 31/07/98, do Ministério da Educação e Cultura.

A Uneb tem como características básicas: ser uma instituição pública, gratuita, mantida pelo Governo do Estado; autárquica do regime especial de ensino, pesquisa e extensão, possui personalidade jurídica de direito público, autonomia acadêmica, administrativa e financeira, com patrimônio próprio, vinculada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, com sede e foro na cidade de Salvador e jurisdição em todo o estado. Atendendo à sua estrutura *multicampi*, agrega 29 departamentos, sediados em 24 centros regionais de médio e grande porte. Teve o seu recredenciamento através do Decreto Governamental nº 9.751, de 3 de janeiro de 2006, e, mais recentemente em 2011, através do Decreto Governamental nº 13.664, de 7 de fevereiro.

Desde a sua criação, em 1º de junho de 1983, por definição legal – e em função de sua configuração institucional –, adequou-se estrutural e operacionalmente à incumbência de difundir o saber, promover a formação e o aperfeiçoamento acadêmico, científico e tecnológico, colaborando em base estratégica para o desenvolvimento da educação superior na Bahia e, conseqüentemente, das regiões onde está inserida.

De posse do legado institucional das unidades universitárias preexistentes, a Uneb estruturou uma consistente expansão – quantitativa, qualitativa e geográfica – do conjunto original, promovendo a criação de novas unidades no estado e o aperfeiçoamento de seus cursos.

---

<sup>2</sup> Estrutura universitária que contempla dois níveis executivos e decisórios: Reitoria e Departamentos, ao invés do ternário que contempla, além de Reitoria e Departamentos, os institutos e faculdades.

### 3. PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

O contexto mundial de grandes transformações – com o aumento da pobreza e das desigualdades sociais, as mudanças globalizantes promovidas pela tecnologia de informação e comunicação e as repercussões ambientais causadas pelas drásticas mudanças climáticas, entre outras – impõe que as universidades, enquanto produtoras do conhecimento, ampliem seus esforços na busca de soluções para reverter os efeitos negativos e apropriar oportunidades na convivência com essas mutações pujantes e emblemáticas. Nos países emergentes tais desafios ganham especial magnitude, frente às variáveis específicas de dinamismo econômico que neles se apresentam.

As desigualdades regionais evidenciam, no Brasil, a abrangência e a gravidade dessas questões, que provocam em regiões como o Nordeste – notadamente no semiárido – gravames e consequências de maior monta, em decorrência do baixo dinamismo econômico e da incipiente competitividade, que se somam ao quadro de instabilidades climáticas na região, marcado por períodos irregulares de seca, exigindo a implementação de políticas estruturantes para reverter a prática das políticas compensatórias sazonais.

É nesse ambiente de reflexão que a Uneb norteia suas ações, a partir dos seguintes princípios:

- Multicampia e multirregionalidade;
- Inserção no desenvolvimento regional;
- Autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
- Gratuidade e qualidade do ensino público;
- Democracia, participação e conduta ética e respeito à cidadania e aos direitos humanos;
- Acessibilidade, permanência e ações afirmativas;
- Valorização da pluralidade etnocultural e respeito à diversidade de gênero e sexualidade;
- Compromisso com a inclusão social;
- Inovação e desenvolvimento tecnológico;
- Articulação intra e interinstitucional;
- Integração entre o ensino superior e a educação básica.

#### 4. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

A Universidade do Estado da Bahia tem como objetivo primordial a formação integral do cidadão e o desenvolvimento das potencialidades econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, artísticas e literárias da comunidade baiana, sob a égide dos princípios da ética, da democracia, das ações afirmativas, da justiça social, da pluralidade etnocultural e demais princípios do direito público.

As atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão buscam a formação do homem como ser integral, o desenvolvimento socioeconômico, político, etnocultural, artístico e literário, a promoção do acesso, difusão e socialização do saber, a participação e assessoramento na elaboração das políticas educacionais, científicas e tecnológicas nas esferas federal, estadual e municipal, a formação e capacitação de profissionais e a participação e contribuição no crescimento da comunidade em que se insere.

A Uneb, comprometida com as grandes questões do seu tempo, relaciona os seguintes objetivos específicos:

- ampliar o papel da Universidade no desenvolvimento sustentável, social, cultural e econômico nos municípios, regiões e no estado da Bahia como um todo;
- fortalecer a autonomia acadêmica, com pluralidade metodológica, preservando a capacidade de decisão interna, e possibilitar a incorporação de distintos métodos e práticas inovadoras de ensino, pesquisa e extensão;
- fortalecer os instrumentos e ferramentas de comunicação entre os departamentos, a administração central e as organizações externas;
- construir novos formatos curriculares e definir novas áreas de formação acadêmica e profissional que sejam prioritárias para a Universidade, articuladas com as políticas de Estado e com o Plano Nacional de Educação 2011 a 2020, e que contribuam para o desenvolvimento regional;
- investir na formação de pesquisadores, capacitação, qualificação e valorização de docentes e técnicos administrativos, a fim de garantir a qualidade das ações finalísticas e de suporte da Universidade;
- consolidar a política de acesso, permanência e sucesso dos estudantes e ampliar o número de estudantes beneficiados pela política de assistência estudantil, fortalecendo a inclusão de grupos historicamente excluídos da vida acadêmica;
- ampliar o número de ações extensionistas, fortalecendo o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- manter e ampliar com qualidade a oferta de programas especiais<sup>3</sup>;

<sup>3</sup> Referem-se aos projetos pedagógicos com oferta de cursos nas diversas modalidades do ensino formal, mantidos por meio de recursos públicos conveniados.

- fortalecer a autoavaliação institucional, como processo capaz de não apenas identificar as vulnerabilidades, como também de subsidiar tomadas de decisão mais eficazes e eficientes, num contexto de mudança permanente;
- ampliar a base científica e tecnológica da Universidade, favorecendo a interiorização da pesquisa e pós-graduação, contribuindo para a superação das assimetrias inter e intrarregionais;
- ampliar as ações e parcerias com o setor produtivo para fins de pesquisa, inovação e desenvolvimento;
- investir na internacionalização com a realização de pesquisas, produção de conhecimento e intercâmbio de pesquisadores em agendas de interesse local, regional e global.

## 5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Uneb é regida, observada a sequência hierárquica dos diplomas legais, pela legislação brasileira, no que se aplicar especificamente à educação e ao ensino superior mantidos pelo Estado; pela legislação estadual específica; pelo seu Estatuto; pelo seu Regimento Geral; pelas normas dos órgãos deliberativos integrantes da administração superior Universitária, nos respectivos âmbitos de competência estatutária e regimental; pelos regimentos internos da administração e dos órgãos deliberativos setoriais, dos seus respectivos campos de atuação, na forma do Regimento Geral; pelas normas dos órgãos deliberativos setoriais da Universidade, respeitadas as instâncias contidas no item anterior.

São órgãos deliberativos da administração superior o Conselho Universitário (Consu), o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) e o Conselho de Administração (Consad). E são órgãos deliberativos setoriais da Universidade os Conselhos de Departamento e os Colegiados de Curso.



## 6. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

### 6.1. Inserção regional

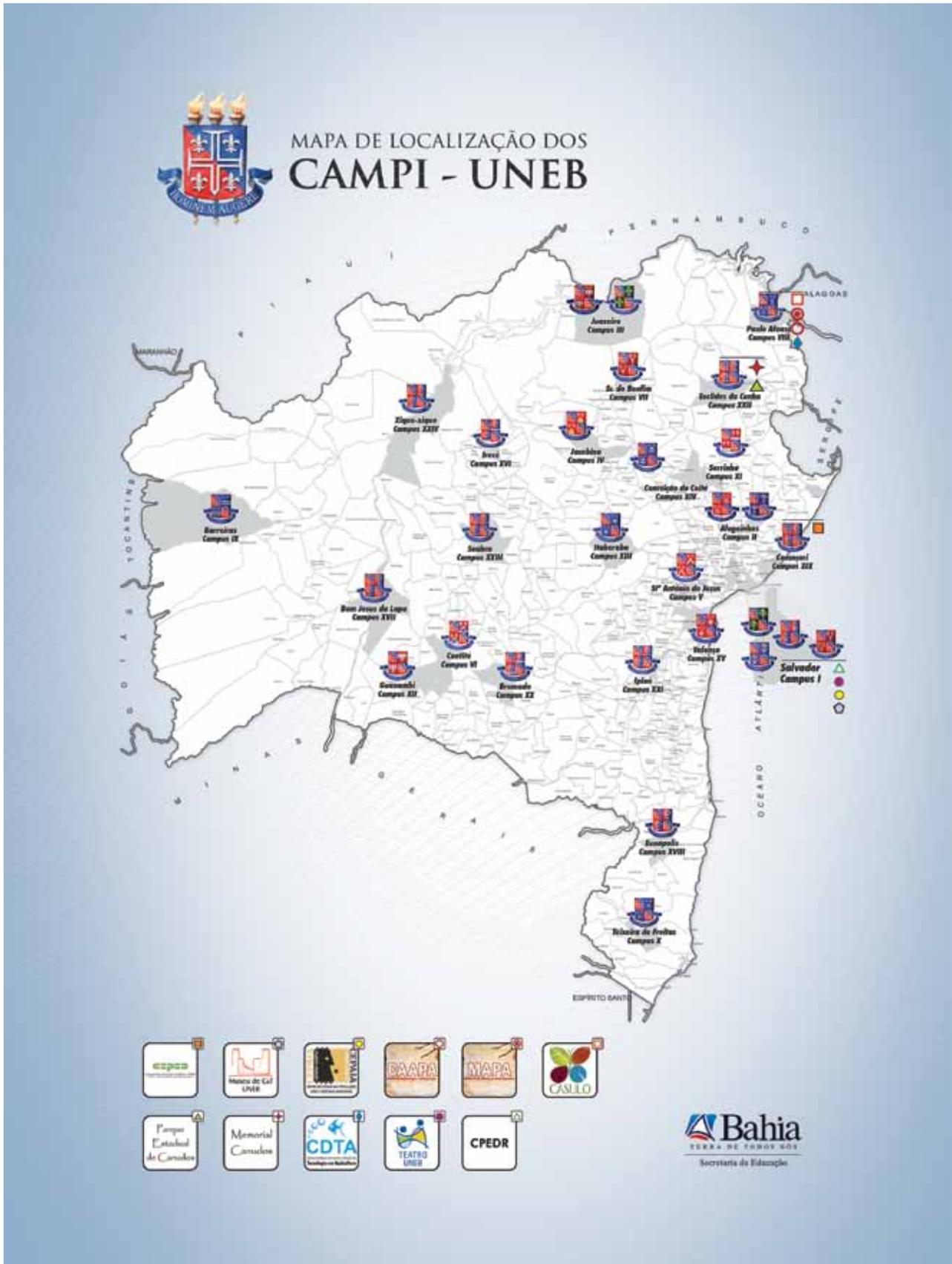
A natureza *multicampi* da Uneb, a capilaridade de suas estruturas e a dimensão de seu corpo acadêmico e técnico-administrativo possibilitam a efetivação de programas e ações que apontem saídas para o desenvolvimento sustentável, tendo como foco essencial o Estado da Bahia.

Em seus 24 *campi*, presentes em 18 dos 27 territórios de identidade do estado, oferece cursos de graduação em diversas áreas de conhecimento, respeitando a identidade das populações desses espaços geográficos, oportunizando o seu crescimento pessoal e profissional e contribuindo para o exercício pleno da cidadania.

O fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação, a geração e difusão do conhecimento, a inovação, a potencialização do incremento científico e tecnológico, a promoção do ensino de qualidade e a ampliação dos campos de oferta da extensão são elementos basilares das ações da Uneb, que, ao longo de seus 30 anos, tem implementado programas, projetos e ações visando ao enfrentamento e minimização dos grandes impasses e dilemas a serem enfrentados nas próximas décadas. Dentre eles, destaca-se a superação das desigualdades socioeconômicas mediante um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de harmonizar crescimento econômico com justiça social e prudência ecológica.

Os cursos de Educação à Distância (EaD) ampliam ainda mais a abrangência da Universidade, a partir das vagas ofertadas na graduação e na pós-graduação, na formação do capital intelectual e na interiorização do ensino superior no estado.

FIGURA 2



## 6.2. Políticas para a área finalística: ensino, pesquisa e extensão

Por sua natureza *multicampi* e multirregional, a Uneb possui vantagens comparativas e competitivas em relação às outras instituições de ensino superior no estado. Tais vantagens favorecem, ainda, a atuação, mediante redes virtuosas, em regiões que apresentam baixos indicadores sociais, assentada no propósito de contribuir para a interiorização e a democratização do ensino superior, que eleva a instituição ao papel de agente fomentador do desenvolvimento regional.

Além da variedade dos cursos oferecidos regularmente, perpassando as várias áreas do conhecimento, contribui para a consolidação da perspectiva de democratização o desenvolvimento dos Programas Especiais, em parceria com as prefeituras locais, o Governo do Estado, o Governo Federal e organizações não governamentais. Destaca-se, ainda, a consolidação da Universidade Aberta à Terceira Idade – Uati: funcionando atualmente em 21 *campi*, visa à reinserção dos idosos na sociedade por meio da educação e da cultura, tendo atendido, em 2012, a cerca de três mil pessoas.

Ressalta-se a importância dos órgãos suplementares, a exemplo dos centros de pesquisa, que desenvolvem, subsidiariamente, atividades finalísticas e atividades-meio necessárias ao alcance pleno da missão, das diretrizes e objetivos institucionais; bem como dos órgãos de apoio acadêmico-administrativos, que são desdobramentos de órgãos executivos de cunho finalístico e/ou de suporte, vinculados à administração superior ou setorial, investidos da função de propiciar o apoio logístico necessário ao funcionamento da instituição universitária.

### i. Ensino de Graduação

Os princípios que definem as políticas para o ensino de graduação são pautados na concepção da educação para a formação de um cidadão integral, visando ao desenvolvimento e fortalecimento de valores humanísticos, éticos, políticos e culturais, sustentados por bases científicas e tecnológicas, de modo a possibilitar a articulação e a inovação de conhecimentos. Quais sejam:

- ensino ancorado na formação geral e profissional do graduando, possibilitando o desenvolvimento de uma postura crítica e autocrítica frente aos desafios inerentes às condições do exercício profissional e às demandas da sociedade contemporânea;
- ensino concebido como um percurso, orientado pelos projetos pedagógicos dos cursos com a perspectiva de formação para a autonomia, para a consciência crítica da realidade e potencialidades do território de identidade em que o curso está inserido, sem perder o olhar globalizado que a sociedade contemporânea requer;

- articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão como instrumento para induzir as mudanças nos processos de ensino e de aprendizagem, fundamentando didática e pedagogicamente a formação proposta;
- autonomia pedagógica na formação do cidadão e articulação com os diversos segmentos que compõem a sociedade, na perspectiva de oportunizar o acesso às diversas formas de conhecimentos, inclusive aqueles adquiridos fora do planejamento pedagógico tradicional;
- acesso à universidade pautado pela democratização, cujo objetivo principal é a igualdade de oportunidades aos diversos segmentos sociais.

São diretrizes desta política:

- o alinhamento com as políticas nacionais e estaduais de educação;
- ampla participação acadêmica na definição das macropolíticas de ensino de graduação;
- primazia à qualidade, eficiência, eficácia e efetividade na gestão dos cursos e nos processos pedagógicos;
- comprometimento com o aperfeiçoamento do corpo docente e técnico-administrativo.

Para o período a que se refere este PDI, foram estabelecidas as seguintes metas:

- políticas de formação e desenvolvimento profissional para os docentes da Universidade implantadas a partir de articulação intra e interdepartamental;
- dispositivos formativos e de gestão acadêmica criados e aprimorados, a fim de facilitar o desenvolvimento e acompanhamento dos cursos de graduação e contribuir para o aperfeiçoamento dos processos gerenciais, mediante o emprego racional da tecnologia da informação visando à excelência acadêmica;
- currículos dos cursos de graduação consolidados, com uma formação cidadã baseada nos princípios humanísticos, da ética, da democracia, da justiça social e da multiculturalidade;
- relação pesquisa-ensino-extensão nos cursos fortalecida, mediante rigoroso acompanhamento aos desempenhos discente e docente e aos sistemas de avaliação dos cursos;
- Portal de Egressos criado, como subsídio à elaboração/revisão dos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação;
- Programa de Iniciação Universitária implantado, para alunos ingressantes nos diferentes cursos, de modo a fortalecer a caminhada acadêmica inicial na Universidade;
- projetos e programas de experimentação propostos e incentivados, acerca das novas formas de organização curricular e de ensino, de organização da gestão, novos modelos pedagógicos para o ensino presencial e para as modalidades diferenciadas;

- Revista do Ensino de Graduação implantada e publicada trimestralmente, para divulgar as experiências acadêmicas nas diferentes áreas do conhecimento no âmbito institucional.

## ii. Pesquisa, Ensino de Pós-Graduação e Inovação

A política de pesquisa, ensino de pós-graduação e inovação tem por base as diretrizes nacionais para a Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Destacam-se as seguintes:

- formação de recursos humanos de alto nível para atender aos desafios nacionais e estaduais. A Bahia ainda carece de um quadro de pesquisadores qualificados nas diversas áreas do conhecimento e a Uneb, apoiada em sua capilaridade, avoca para si parte expressiva desta tarefa;
- ampliação da base científica e tecnológica. Aliada à necessidade de formação de novos pesquisadores, agrega-se o imperioso desafio de ampliar a base científica e tecnológica, notadamente com a implantação de laboratórios, grupos de pesquisa, núcleos e centros de excelência, multiuso e espaços públicos. Programas como o Proforte e o Prolab, entre outros, favorecem essa ampliação;
- fomento à pesquisa e à inovação. O incremento da capacidade de investimento na pesquisa e inovação configura-se como um dos eixos importantes desta política. E, para tal, faz-se necessário o estabelecimento de um diálogo permanente com as agências de fomento, órgãos públicos e empresas, visando à ampliação de recursos para essa área. A título de exemplo, evidencia-se a captação de recursos através de projetos institucionais (CT-Infra Finep, Proequipamentos/Capes) e de iniciativas dos próprios pesquisadores;
- inserção no desenvolvimento regional sustentável da Bahia e da região Nordeste. A construção de bases para um desenvolvimento humano, econômico, social e ambiental sustentável repousa entre as preocupações da política de PPG&I. A integração da Universidade com os três setores – governo, mercado e sociedade civil – deve levar em consideração essa diretriz;
- produção e difusão do conhecimento para o desenvolvimento humano e social. As novas tecnologias de comunicação e informação produziram no mundo inteiro uma verdadeira revolução cultural. A competitividade de uma nação no século XXI está diretamente associada à educação de seu povo, à qualidade dos conhecimentos que são capazes de produzir e transferir tecnologia, bem como à capacidade de aplicação e difusão da ciência, tecnologia e inovação na produção de bens, produtos e serviços, públicos e/ou privados;
- excelência na pesquisa e no ensino de pós-graduação. As ações devem ter como foco essa diretriz, considerando o sistema nacional de avaliação da pós-graduação da Capes, as diretrizes do Conselho Estadual de Educação e os sistemas estadual e federal de inovação;
- estímulo financeiro para a fixação de doutores nas diversas regiões do estado em que a Uneb

- se insere, e apoio à capacitação mediante concessão de bolsas. Concessão de afastamento integral e parcial para a realização de cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado no país e no exterior; concessão de bolsas de apoio à capacitação docente (bolsa PAC); financiamento de participação de professores e estudantes dos programas de pós-graduação em congressos e seminários internacionais e nacionais avaliados pelo indicador *qualis* da Capes; financiamento de infraestrutura e laboratórios através dos diversos programas como o Prolab e o Proforte;
- cooperação internacional e formação de pesquisadores no exterior. A política de cooperação internacional tem como um de seus principais objetivos a articulação de contatos com instituições internacionais, incentivando seus professores, pesquisadores e estudantes a mobilizarem-se academicamente, através de intercâmbios com universidades conveniadas;
  - avaliação e qualidade. A avaliação baseia-se na qualidade e excelência dos resultados, na especificidade das áreas de conhecimento e no impacto dos resultados na comunidade acadêmica, empresarial e na sociedade. Os índices enfatizam a produtividade dos orientadores e dos estudantes, que devem refletir a relevância do conhecimento novo, sua importância no contexto social e o impacto da inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo (Brasil/MEC/Capes, 2004).

#### Metas:

- um novo marco legal e institucional para a pesquisa, pós-graduação e inovação proposto, mediante a adequação de suas normas internas, e da participação ativa nas reformas das leis para ciência, tecnologia e inovação, da elaboração do código nacional;
- realização de eventos científicos e tecnológicos apoiados, com participação da comunidade acadêmica, promovendo e fomentando atividades de divulgação científico-tecnológica e de inovação, através de eventos como a Jornada de Iniciação Científica, o Seminário de Pesquisa Científica e o Seminário de Popularização da Ciência;
- fortalecimento dos programas de pós-graduação, grupos de pesquisa e projetos considerados estratégicos para o desenvolvimento local e regional sustentável, apoiado nos Centros e Núcleos e, sobretudo, no interior do estado;
- redes de pesquisa dentro da Uneb e articulação com outras redes de pesquisa no país e no exterior, mapeadas e fortalecidas, reconhecendo a importância das redes não só para a pesquisa e pós-graduação, mas também como forma de gestão, com a inclusão das redes de gestão departamental.

#### iii. Extensão

As ações de extensão na Uneb obedecem a uma metodologia participativa e vinculam-se às áreas temáticas – Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e

Produção e Trabalho, atendendo à Política Nacional de Extensão Universitária. As diretrizes políticas da extensão são regulamentadas pelos documentos institucionais e pelo princípio da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, por meio de programas e resoluções, preferencialmente em parceria com os Núcleos Temáticos e os Núcleos de Pesquisa e Extensão dos departamentos.

As ações extensionistas da Uneb enfatizam a responsabilidade social da Universidade no que tange aos programas e políticas voltados para inclusão de grupos sociais historicamente excluídos.

São princípios norteadores da política de extensão:

- impacto social: estabelecimento de uma relação entre a Universidade e a sociedade, com vistas a uma ação emancipadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e para o apoio ao desenvolvimento regional. Esta relação está pautada numa interação dialógica, marcada pela ação bidirecional de troca de saberes e estabelecimento de alianças;
- impacto na formação do estudante: adequação dos currículos de forma que a participação discente esteja pautada em ações que favoreçam a flexibilização curricular e a integralização de créditos adquiridos em práticas na extensão;
- interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas e no efetivo compartilhamento conceitual, teórico e metodológico;
- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, permite aos estudantes e professores instituírem-se sujeitos dos processos de ensino e aprendizagem, proporcionando-lhes apreender conhecimentos teóricos e práticos e conferindo uma dimensão de inserção social mais efetiva, considerada a realidade das comunidades.

As diretrizes que orientam as ações de extensão têm como objetivos primordiais a superação das vulnerabilidades e riscos sociais da população excluída e a expressão de suas potencialidades e desejos, reconhecendo sua identidade social, promovendo ações de integração e de qualificação socioprofissional e criando espaço para o exercício da cidadania. São elas:

- valorização dos programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e das atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacionais;
- participação da extensão universitária na elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas de ação voltadas para maioria da população;
- fomento à inovação dos processos de produção e de transferência e ampliação da ciência e da tecnologia, demandadas do ensino e da pesquisa;

- incentivo ao processo de flexibilização curricular;
- estímulo, apoio e ampliação da participação de professores, estudantes e técnicos nas ações de extensão, criando mecanismos de suporte junto aos órgãos competentes;
- priorização das práticas direcionadas ao atendimento de necessidades sociais emergentes;
- promoção do uso da tecnologia disponível na ampliação de oportunidades e melhorias na qualidade da educação;
- incentivo às atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística, da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável;
- fortalecimento dos movimentos sociais, a partir da oferta de atividades extensionistas de naturezas diversas;
- funcionamento da extensão nas áreas da comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, tecnologia, trabalho e saúde.

Para o período compreendido entre 2013 e 2017, as ações extensionistas serão desenvolvidas na perspectiva de alcançar as seguintes metas:

- ações voltadas para o aperfeiçoamento comunitário e qualificação de capital humano implementadas e desenvolvidas, visando ao desenvolvimento social, cultural e artístico;
- produção de trabalhos literários, artísticos, culturais, técnicos e didáticos incentivada;
- programas socioculturais e de intercâmbio desenvolvidos;
- ações e eventos destinados à formação da cidadania e do correspondente comportamento ético, de valores e habilidades para a solução de problemas ambientais locais, regionais e globais desenvolvidos;
- parcerias para o desenvolvimento de programas de extensão estabelecidas, em consonância com a política da Universidade e com a política nacional de extensão das universidades públicas brasileiras;
- ações que possibilitem a redução das desigualdades sociais e da segregação de pessoas promovidas;
- ações de integração dos núcleos de extensão com os departamentos e Redes de Gestão Departamental promovidas;
- programas de bolsas para estudantes implementados, acompanhados e avaliados, de forma articulada com a assistência estudantil.

## 7. AÇÕES AFIRMATIVAS

A multicampia e a multirregionalidade estabeleceram bases favoráveis ao surgimento de uma política de ação afirmativa, tal qual o sistema de reserva de vagas para negros e indígenas. O sistema de cotas, embora tenha sido provocado por uma iniciativa externa, organizou-se como uma proposição da própria comunidade acadêmica, que se valeu do princípio da autonomia universitária e independência dos seus fóruns decisórios internos para deliberar sobre a matéria.

De forma diferenciada, a Uneb incluiu na reserva de vagas mais um critério de habilitação, conjugado com o pertencimento étnico-racial, qual seja, a obrigatoriedade do candidato ter cursado em escola pública todo o ensino médio, valendo tanto para os negros quanto para os indígenas. Essa conjugação de critérios de habilitação visa impedir que uma eventual concorrência desigual seja estabelecida no interior da disputa pelas vagas reservadas.

Ao considerarmos que as ações afirmativas estão voltadas para correção e reparação de desigualdades sociais historicamente estabelecidas, é pertinente afirmar que a Uneb se configura, desde o seu nascimento institucional, como uma universidade de referência e liderança no tocante às ações afirmativas. Efetivamente, parte substantiva da população jovem do interior da Bahia não teria acesso à universidade, não fosse a presença transformadora da Universidade pública e democrática. Além desses aspectos, o abrigo institucional dado pela Uneb às demandas acadêmicas e sociais de outros grupos populacionais historicamente discriminados como, por exemplo, as mulheres e as comunidades LGBT, referendam a sua vocação fundadora para o que se nomeou, posteriormente, de Ações Afirmativas.

Desde 2003, com a implantação efetiva do sistema de reserva de vagas aos candidatos negros, a Universidade vem se empenhando em promover a institucionalização das condições de permanência e sucesso dos estudantes que ingressaram por meio do sistema de cotas, de forma que eles tenham satisfatórias condições – acadêmicas e socioeconômicas – de se manterem nos respectivos cursos e de terem bom desempenho até a consecução do aprendizado.

Em 2011, foi realizada a Conferência de Ações Afirmativas da Uneb, com a participação ampla da comunidade acadêmica, tendo por objetivo elaborar um programa de ações afirmativas que reunisse, ordenasse e otimizasse a implantação e os impactos dessas ações na comunidade acadêmica. Como resultado dessa discussão, foram extraídas as metas estruturais que integram o presente PDI:

- Pró-Reitoria de Ações Afirmativas criada e implantada, responsável pela institucionalização das ações acadêmicas e sociais envolvendo as populações negras, indígenas, comunidades LGBT, mulheres e demais grupos socialmente vulneráveis;
- linhas de pesquisas vinculadas às ações afirmativas criadas, em todas as áreas do conhecimento na graduação e na pós-graduação;
- programa de bolsas de pesquisa e extensão voltadas para as ações afirmativas criado, no âmbito da graduação e da pós-graduação, com um percentual de 70% do número de bolsas destinadas aos departamentos localizados no interior do estado;
- docentes que ministrarão as disciplinas relacionadas às temáticas africanas, afro-brasileiras, indígenas e de gênero capacitados permanentemente, por meio da oferta de cursos nas modalidades semipresencial e presencial;
- sistema de acompanhamento acadêmico e pessoal para os estudantes cotistas desenvolvido e implantado.

## 8. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O princípio norteador da política de assistência estudantil é a garantia da permanência com sucesso do estudante, da graduação até o final de seu curso. Suas ações são apoiadas nos diálogos constantes com a comunidade.

São diretrizes da política de assistência estudantil:

- fortalecimento do Programa de Assistência Estudantil (PAE), que se coaduna com a Política Nacional de Assistência Estudantil e é iniciativa pioneira que responde, em parte, às demandas historicamente apresentadas pelos movimentos estudantis. Agrega ações distintas voltadas para a consolidação da política de permanência do estudante da graduação, até o final de seu curso;
- consolidação das residências universitárias, destinadas aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação que apresentam vulnerabilidade socioeconômica, oriundos do sistema de cotas ou que não residam na cidade onde o *campus* está situado e não possuam meios para prover sua moradia. Entende-se que a ampliação no número de vagas está vinculada à construção de residências estudantis próprias pela Uneb;
- incremento da Bolsa Auxílio-Permanência: visa garantir a melhoria na qualidade de vida do estudante, além de fomentar sua participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- apoio às atividades culturais, artísticas, desportivas e comunitárias: estimula a participação do

estudante de graduação em congressos, seminários, simpósios e encontros que agreguem valor à sua formação acadêmica, possibilitando trocas de experiências culturais, científicas, sociais e políticas, fundamentais para o processo de formação e para o futuro profissional.

São metas da assistência estudantil:

- Programa de Assistência Estudantil (PAE) avaliado anualmente;
- Programa Bolsa Auxílio-Permanência avaliado quanto aos seus mecanismos de organização e, principalmente, aos impactos sociais e acadêmicos;
- política de apoio aos departamentos na elaboração e execução de ações voltadas à assistência estudantil mantida e ampliada;
- comissão de avaliação constituída, com composição paritária dos segmentos administrativo e discente, para avaliação dos pleitos de participação em intercâmbios e eventos acadêmicos em território brasileiro e no exterior;
- parcerias com órgãos governamentais e da sociedade civil estabelecidas, para financiamento de programas e projetos na área de assistência estudantil;
- assistência estudantil fortalecida, mediante a construção de residências universitárias, seguindo os parâmetros arquitetônicos da acessibilidade e sustentabilidade, e do restaurante universitário do *campus* I, além do planejamento e execução de ações para implementar programa de segurança alimentar para estudantes;
- programa de ações de atenção à saúde dos estudantes elaborado e implementado;
- projeto de curso voltado à preparação de estudantes, visando à participação em processos seletivos de pós-graduação *stricto sensu*, elaborado e executado em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação;
- número de bolsas auxílio-permanência concedidas anualmente triplicado;
- política de atendimento/acompanhamento biopsicossocial implementada, potencializando o desenvolvimento acadêmico dos estudantes;
- criação do Observatório da Vida Acadêmica apoiada, em parceria permanente com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, a fim de possibilitar a realização de pesquisas visando ao monitoramento da evasão dos discentes e dos estudantes com necessidades educacionais específicas;
- eventos anuais sobre assistência estudantil promovidos, objetivando subsidiar o empoderamento da comunidade discente universitária.

## 9. POLÍTICAS PARA A ÁREA-MEIO

### i. Gestão eficiente e descentralizada

A gestão das universidades públicas tem demandado critérios cada vez mais sofisticados no processo de tomada de decisão e aplicação do planejamento em todas as suas atividades, buscando modalidades racionais de administrar os recursos, minimizar os riscos e otimizar a qualidade dos gastos.

Dentro desse contexto, a Uneb tem concentrado esforços no processo de reestruturação organizacional, visando consolidar-se como uma instituição universitária *multicampi* e se adequando às referências de avaliação das universidades brasileiras nas dimensões exigidas.

As ações dos diversos órgãos, setores e *campi* são articuladas e integradas, visando à construção de uma unidade institucional, observados critérios e diretrizes de programação e coordenação para a elaboração de programas, planos e projetos, mediante a implementação de estratégias de captação de recursos financeiros, identificando fontes nacionais e internacionais para o atendimento às demandas. Essa política será reforçada nos próximos cinco anos com a implantação do fundo de ensino, pesquisa e extensão da Uneb.

As Redes de Gestão Departamental (RGDs)<sup>4</sup> propostas no Plano de Metas da Universidade para o período 2010-2013, estão em fase inicial de implantação e atendem à demanda de mudanças e modernização da gestão institucional. Esse modelo foi concebido com vistas à otimização das ações/atividades, da produção de conhecimento científico e do desenvolvimento de novas tecnologias. Dada a natureza *multicampi* da Uneb, as RGDs tornam possível aos departamentos atuar articuladamente em redes virtuosas, geradoras de mais eficiência, apoiadas nas trocas de experiências, na adoção de ações convergentes e na maior inserção no processo de desenvolvimento regional sustentável.

No âmbito das RGDs deverão ser discutidos os planos, as diretrizes, os propósitos e as metas de cada rede, observando suas peculiaridades, com vistas à elaboração de um planejamento em rede. O projeto resultante deste planejamento deverá servir como documento norteador das ações futuras em cada região, tendo sempre em vista seu desenvolvimento integrado e eficaz e suas necessidades específicas. Esse Plano deverá ter como referências o Planejamento Estratégico, o Plano Plurianual e, sobretudo, o presente Plano de Desenvolvimento Institucional.

4 Que vai ao encontro do Art. 5º do Estatuto da Uneb que preconiza “Sem prejuízo da unidade acadêmico-administrativa, a fim de atender as peculiaridades de sua configuração territorial e do modelo *multicampi* e multirregional, a Universidade adotará administração compatível com a necessidade do funcionamento dos seus Órgãos e Departamentos, incorporando princípios de descentralização, de economicidade e de cooperação recíproca.”

Neste modelo, as políticas institucionais são definidas observando-se os seguintes princípios básicos:

- otimização dos recursos orçamentários e financeiros;
- potencialização dos programas e projetos, com base na aglutinação e congruência de necessidades e interesses;
- intercâmbio de experiências e competências fundadoras de uma rede virtuosa para o desenvolvimento institucional, e seu rebatimento no desenvolvimento do estado;
- políticas de ensino, pesquisa e extensão em âmbito local e regional, baseadas em critérios previamente definidos, tendo como pressuposto a produção coletiva e interdisciplinar do conhecimento, em interação com a realidade social.

O desafio para os próximos cinco anos é implantar definitivamente as RGDs, reconhecidas no processo de credenciamento da Universidade, aprovado em 7 de fevereiro de 2011, e que, em caráter experimental, tem apresentado êxitos em algumas redes que já implementaram ações preliminares.

A Uneb, ao longo de sua trajetória acadêmica e administrativa, mantém como meta a ampliação de programas, projetos e ações visando ao enfrentamento e à minimização de alguns dos grandes impasses e dilemas da contemporaneidade. No rol dos desafios a serem enfrentados, destacam-se a superação das desigualdades e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de conciliar crescimento econômico com justiça social e equilíbrio ambiental, por meio dos modernos, eficientes e efetivos processos e estratégias de planejamento.

A nova estrutura organizativa da Uneb oferece apoio ao enfrentamento desses desafios contemporâneos, aliado a uma visão estratégica em face ao modelo de desenvolvimento territorial, regional e local. Ademais, deve ser destacado o importante papel do sistema de avaliação institucional, a cargo da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que estimula o replanejamento das ações da Universidade a partir de suas avaliações, especialmente aquelas que se baseiam nos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes).

O planejamento institucional está ancorado nas ações de programação orçamentária, acompanhamento físico-financeiro e avaliação de processos. A prioridade da política de planejamento é o seu próprio fortalecimento nas diversas instâncias da Universidade, a fim de que todos os processos sejam ordenados e integrados, resultando em tomadas de decisão que garantam um melhor aproveitamento das oportunidades e potencialidades do ambiente universitário. Para esse fim, são adotadas medidas gerenciais racionalizadas e de estímulo à construção de uma visão de futuro demarcada com iniciativas que visem oferecer às unidades organizacionais um assessoramento permanente, voltado para um desempenho mais eficaz das suas atribuições e competências.

## ii. Modernização

As bases para a modernização universitária estão apoiadas no desenvolvimento organizacional e na tecnologia da informação e comunicação.

No âmbito do desenvolvimento organizacional, tem-se buscado continuamente, desde o último PDI, o aprimoramento e a melhoria dos processos de trabalho das áreas administrativa e acadêmica, visando alavancar e dar sustentabilidade à gestão universitária.

Os investimentos nessa área são feitos com observância aos princípios consagrados da eficiência, eficácia e controle das atividades administrativas e finalísticas, dentro da lógica da globalização mundial, sob o imperativo de ações e programas que acelerem a velocidade de implementação de estratégias. Em importantes áreas da Universidade já foram auferidos avanços significativos na modernização de seus processos de trabalho.

Para o período de 2013 a 2017, serão realizados investimentos fundamentados na tríade processos, pessoas e tecnologia da informação, conforme as metas a seguir:

- equipe multidisciplinar de trabalho formada e capacitada para implementar as ações de desenvolvimento institucional, com o objetivo de aprimorar os processos de trabalho e gestão, em consonância com os investimentos para essa finalidade disponíveis no orçamento;
- normas, padrões e critérios definidos e implantados para uniformização e racionalização dos processos de trabalho, procedimentos e expedientes formais em todas as áreas da Universidade;
- diagnóstico e parecer dos procedimentos e processos elaborados, com base nos indicadores de desempenho previamente definidos, visando à identificação e reversão de disfunções e implementação de melhorias.

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) tem um papel estratégico na racionalização e otimização desse complexo arcabouço de suporte, especialmente na forma como as diversas instâncias da Universidade se relacionam e no apoio aos processos e às decisões da gestão em vários níveis.

Embora se tenha avançado substancialmente com os investimentos tecnológicos nas áreas acadêmica e administrativa, é fundamental a manutenção dessas conquistas, e, sobretudo, o entendimento de que, cada vez mais, se faz indispensável a aplicação contínua de novos investimentos em tecnologia e inovação, como elementos-chave para garantir sustentabilidade ao processo de expansão e, também, de qualidade na prestação de serviços.

Para o próximo quinquênio, apresenta-se o desafio de identificar as mudanças que acontecem na sociedade com potencial para afetar a instituição, discernir quais tecnologias emergentes são verdadeiramente transformadoras e, por fim, entender quais iniciativas de crescimento da instituição exigirão tempo, atenção e mais investimento em TIC. Todo esse cuidado visa assegurar o máximo possível de efetividade, eficácia e eficiência aos investimentos. São metas para o período:

- Plano Diretor de Tecnologia da Informação elaborado, englobando as premissas de Norma de Segurança da Informação e Comunicação de Dados, políticas de acesso a serviços de TIC, capacitação continuada de pessoal, implantação de repositórios institucionais, desenvolvimento de novo portal de serviços e notícias com atendimento à Lei nº 12.527, de acesso à informação, e investimentos em acessibilidade;
- nova unidade de *storage* adquirida para atender à implantação de repositórios e, também, de crescimento da massa de dados;
- sala cofre e outros mecanismos de segurança implantados, a fim de garantir a inviolabilidade das informações, a proteção contra danos da rede elétrica, climatização e demais desastres no ambiente físico que hospedam os equipamentos do *core* central (servidores e ativos), considerando a importância estratégica da segurança da informação;
- recursos tecnológicos desenvolvidos para apoio às atividades de educação à distância;
- acervo documental da Uneb digitalizado e disponibilizado para consulta em repositório institucional (prontuários de servidores, conhecimento científico gerado, documentos administrativos e históricos);
- parque computacional dos departamentos, da administração central e dos laboratórios da graduação e pós-graduação modernizado e ampliado, com equipamentos que atendam às especificidades e necessidades dos cursos e atividades desenvolvidas nesses ambientes;
- cobertura da rede *wi-fi* nos departamentos da capital e interior ampliado, disseminando o acesso à internet e aos sistemas em áreas de convivência, salas de aula, auditórios e outros;
- Sistema de Bibliotecas (Sisb) apoiado, garantindo o pleno funcionamento dos bancos de dados em uso, modernizando e desenvolvendo novos recursos que assegurem às comunidades interna e externa acesso ao conhecimento disponível;
- edital para contratação de serviços de desenvolvimento, suporte e manutenção de sistemas de informação elaborado;
- número de *softwares* especialistas – específicos para uso em atividades laboratoriais dos cursos de graduação – ampliado, inserindo tecnologias que apoiem e agreguem valor ao ensino e à aprendizagem.

### iii. Infraestrutura

A Pró-Reitoria de Infraestrutura, conforme Resolução nº 859/2011, publicada no D.O.E. de 12 e 13/11/2011, tem como atribuições a supervisão, coordenação, execução, acompanhamento, controle e avaliação das ações relativas à gestão patrimonial, abrangendo: acompanhamento de serviços de infraestrutura; engenharia; manutenção e recuperação de edificações; e, manutenção e planejamento urbano-ambiental. Zelando pelo cumprimento das normas pertinentes, propõe políticas de gestão da Universidade que visem o desenvolvimento institucional no que se refere aos seguintes critérios:

- Espaço físico e projetos de engenharia, urbanísticos e arquitetônicos;
- Serviço de conservação e manutenção física e patrimonial da Uneb;
- Regularização dos imóveis.

Hoje, a Uneb tem um patrimônio imobiliário estimado em R\$ 53.426.406,80 (cinquenta e três milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, quatrocentos e seis reais e oitenta centavos), distribuídos em aproximadamente 17 milhões de metros quadrados de área e edificações construídas e incorporadas.

Tabela – Patrimônio da Universidade – Área/Terreno

LOCALIZAÇÃO	ÁREA (m <sup>2</sup> )
Campus Capital (Administração Central e Campus I)	176.476,00
Campus Interior (Juazeiro – Campus III, Santo Antônio de Jesus – Campus V, Barreiras – Campus IX, Serrinha – Campus XI, Guanambi – Campus XII, Itaberaba – Campus XIII, Conceição do Coité – Campus XIV e Bom Jesus da Lapa – Campus (Departamentos)	1.716.699,67
Equipamentos (Parque Estadual de Canudos – Canudos, CEPED – Camaçari e Museu de Ciência e Tecnologia (MCT) – Salvador	13.901.195,00
Escolas Agrotécnicas e de Ensino Médio (Juazeiro, Vitória da Conquista, Irecê, Teixeira de Freitas, Itapetinga, Salvador (Cajazeiras, Nordeste de Amaralina, Mussurunga e Narandiba), Santa Maria da Vitória, Bom Jesus da Lapa, Wagner, Ribeira do Pombal, Itamaraju, Simões Filho, Camaçari e Eunápolis)	1.083.584,50

A tabela apresenta a estrutura patrimonial da Universidade quanto as suas áreas, ressalta-se que grande parte da área apresentada não é utilizada pela Uneb em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, tais como as 05 Escolas Agrotécnicas e as 12 Unidades Escolares de Ensino Médio.

Não computado nessa tabela estão áreas que foram cedidas através de termo de cessão, convênio ou comodato, em Alagoinhas – Campus II, Paulo Afonso – Campus VIII, Eunápolis – Campus XVIII, Camaçari – Campus XIX e Euclides da Cunha – Campus XXII. As áreas dos campi de Jacobina – Campus IV, Caetité – Campus VI, Senhor do Bonfim – Campus VII, Teixeira de Freitas – Campus X, Valença – Campus XV, Irecê – Campus XVI e Xique-Xique – Campus XXIV encontram-se em fase de transição institucional – bem a ser incorporado. Os imóveis locados estão situados em Brumado – Campus XX, Ipiaú – Campus XXI e Seabra – Campus XXIII.

No que corresponde à infraestrutura, a Uneb conta com diversos equipamentos, entre os quais destacamos a seguir: Museu de Ciência e Tecnologia, em Salvador; Museu de Céu Aberto de Artes Rupestres, em Paulo Afonso; Centro de Estudos em Ecologia e Conservação da Natureza em Paulo Afonso; Parque Estadual de Canudos e Memorial Antônio Conselheiro, em Canudos; Centro de Estudos Euclides da Cunha, em Salvador; Centro de Estudos dos Povos Afro-Índio-Americanos, em Salvador e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, em Camaçari.

Além dos equipamentos listados soma-se os espaços destinados a gestão acadêmica e universitária, que atualmente dispõe de 355 salas de aula, 35 auditórios, 27 bibliotecas, 282 salas administrativas e 235 laboratórios vinculados à desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Desde sua criação, a Proinfra vem realizando obras de construção de novas estruturas prediais, reformas e ampliações nos espaços já existentes nos 24 campi da Uneb. Listam-se como amostra de sua atuação a entrega da nova sede em Valença, a construção da 1ª etapa do Prédio de Pós Graduação em Santo Antônio de Jesus; a construção do Prédio de Laboratórios de Química em Salvador; a conclusão do Prédio da Farmácia Escola em Salvador; a construção do Centro de Pesquisa em Ecologia e Recursos Hídricos em Alagoinhas; a conclusão dos serviços de instalação dos elevadores em Salvador, Serrinha, Santo Antônio de Jesus e Juazeiro; a construção do Auditório em Barreiras e Xique-Xique; a conclusão do Pavilhão de Laboratórios de Enfermagem em Guanambi; a construção de Residência Universitária em Juazeiro e Serrinha; a conclusão dos Laboratórios de Farmácia, Fisioterapia e Fonoaudiologia em Salvador e a construção do Pavilhão de Salas de Aula em Irecê.

Buscando melhores formas de atendimento aos seus objetivos, a Proinfra realizará construções, reparações, recuperações e ampliações de acordo com necessidades de modernização contínua de suas estruturas, sendo já previstas intervenções prediais, de iluminação pública, de redes elétrica, lógica, dentre outras. A fim de atender o planejamento e desenvolvimento institucional para os 24 *campi* e conforme o Planejamento Estratégico e o Plano Plurianual da instituição, a Pró-Reitoria de Infraestrutura estabelece como proposta até 2017 as seguintes metas:

- Contribuir na elaboração e implementação dos Planos Diretores em todos os *campi* da Uneb, formalizando indicadores de sustentabilidade em todos os âmbitos;
- adequar a infraestrutura e sua gestão às demandas da atualidade;
- realizar levantamento das instalações da rede elétrica;
- adequar as instalações físicas no que se refere a acessibilidade (colocação de rampas de acesso, piso tátil, sinalização em braile, barras de segurança, instalação e ou manutenção permanente dos elevadores, dentre outros) a fim de democratizar o acesso para pessoas com dificuldade de locomoção;
- propor melhorias nas condições físicas e estruturais das unidades para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como a parte administrativa;
- reestruturar o sistema de climatização das unidades;
- promover a readequação de espaços físicos nas unidades;
- padronizar procedimentos adotados na fiscalização de obras;
- diagnosticar as condições de segurança do trabalho nas obras e serviços nas unidades;
- regularizar a documentação dos imóveis incorporando o bem ao patrimônio da Uneb;
- atualizar o inventário de bens imóveis;
- fiscalizar obras em processo de projeto, licitação, contratação e execução;
- apresentar a evolução das obras e serviços realizados nas unidades;
- construir Restaurante Universitário;
- construir Espaços de Educação – Creche;
- construir prédio salas de aula;
- construir auditórios;
- construir Abrigo de Resíduos Sólidos para descarte dos laboratórios de Medicina e do Serviço Médico Odontológico e Social (SMOS);
- construir Residência Universitária;
- construir laboratório;
- construir espaços para atendimento às necessidades infraestruturais de expansão do ensino, pesquisa e extensão universitária.

As referidas metas de construções tem como objetivo promover a implementação de tecnologias sustentáveis sempre que possível.

#### **iv. Internacionalização**

A internacionalização das ações das universidades brasileiras tem sido um dos requisitos mais importantes nas avaliações feitas por órgãos oficiais.

Seja por meio de intercâmbios de discentes e docentes, seja pelo desenvolvimento de projetos interinstitucionais, a internacionalização é fator extremamente relevante para a oxigenação das relações universitárias no mundo globalizado.

É nesse contexto que a Uneb investirá neste PDI de forma mais decisiva, fortalecendo as ações de fomento a essa política, tais como os programas oficiais como o PEC-G, o PEC-PG e o Ciência sem Fronteiras, além dos programas e editais regulares das Capes-MEC e do CNPq voltados para parcerias e intercâmbios internacionais envolvendo pesquisa e pós-graduação. Acrescente-se a estes os programas de “bolsa sanduíche” e de pós-doutorado e a implementação de ações efetivas resultantes de acordos de cooperação.

#### **v. Corpo docente**

A política de gestão e desenvolvimento de pessoas visa à organização e integração das ações da Universidade voltadas para obtenção, preservação e desenvolvimento dos seus recursos humanos, promovendo a reflexão institucional sobre os melhores meios para a condução dessas ações, apoiando a qualificação e capacitação de seus servidores.

No que se refere ao corpo docente, um dos objetivos centrais é a promoção e o estímulo à formação docente, visando à efetiva implementação da política de formação da Uneb.

A admissão de pessoal docente para a respectiva carreira será feita por ato do Reitor, para prover cargos existentes, por meio de concursos públicos de provas e títulos, observadas as normas específicas e as condições inerentes à legitimidade do processo seletivo. A seleção pública para a contratação do professor substituto somente será utilizada para suprimento temporário de atividade de ensino, pesquisa e extensão, pelo prazo de dois anos, podendo ser renovado por igual período. O professor visitante será contratado mediante carta convite, preferencialmente, a qual exigirá comprovada experiência na área específica, alta qualificação e reconhecimento na comunidade científica, com a finalidade de atender a programa especial de ensino, pesquisa e extensão, pelo prazo de dois anos, podendo ser renovado por igual período.

Para fins de promoção, considera-se, além da titulação necessária para o pleito, a produtividade e o desempenho docente no que diz respeito à produção científica, participação nas atividades administrativas e acadêmicas,

A criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, sobretudo *stricto sensu*, e o aumento no número de pesquisas e das atividades de extensão demandam a readequação do quadro quantitativo de docentes, a fim de garantir a preservação da qualidade do ensino. Dessa forma, são metas para o período:

- quantitativo total de docentes (independente da classe) ampliado em 27%, nos próximos cinco anos;
- concurso público realizado, para ocupar 557 vagas até 2017;
- docentes<sup>5</sup> capacitados, mediante a concessão anual de bolsas PAC-DT para mestrado e doutorado e incentivo funcional à especialização, mestrado e doutorado.

#### vi. Corpo técnico-administrativo

A política de expansão para interiorização da educação superior tem tornado a Uneb referência de qualidade e desenvolvimento, no contexto territorial em que está inserida. Novos cursos de graduação e pós-graduação foram criados, novos setores, principalmente os laboratoriais, foram expandidos, e verificou-se o aumento no número de pesquisas e de atividades de extensão, acompanhados por um significativo crescimento do corpo docente.

Esse panorama exige uma correlação ainda maior entre as atividades finalísticas (ensino) e atividades-meio (administração, logística, suportes), evidenciando-se imprescindível a expansão do quadro técnico administrativo.

O ingresso do técnico-administrativo dá-se por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de validade. A contratação de pessoal poderá também ser por tempo determinado, sob o Regime de Direito Administrativo (Reda), nos termos da legislação vigente. Os contratos são celebrados mediante processo de seleção, conforme critérios estabelecidos em lei e edital.

Com o propósito de manter o pessoal motivado, mediante a capacitação continuada e promoção de melhorias de processos e no ambiente de trabalho, a Universidade desenvolve programas voltados à qualificação e valorização continuada dos servidores técnicos e administrativos, sendo exemplos o Programa de Aperfeiçoamento e Capacitação (PAC), que oferece bolsa de estudos para os cursos de mestrado e doutorado para os servidores; treinamento nas diversas áreas por meio da Universidade Corporativa; cursos de capacitação na área de tecnologia da informação, promovidos pela Unidade de Desenvolvimento

---

5 Hoje a Uneb tem em seus quadros 462 doutores, 579 especialistas, 32 graduados e 969 mestres.

Organizacional (UDO); e disponibilização de diárias, passagens e inscrição em congressos, simpósios e cursos para seus servidores.

A expansão das atividades universitárias, que contempla a prestação de serviços à sociedade, pede e exige o estabelecimento de metas que reforcem e promovam a qualificação do quadro do corpo técnico administrativo:

- quadro de técnicos universitários ampliado em 350 cargos e quadro de analistas universitários ampliado em 150 cargos;
- concurso público para ocupar as novas 500 vagas do corpo técnico administrativo realizado;
- desenvolvimento profissional e da qualificação de, pelo menos, 1.500 servidores técnicos administrativos promovido anualmente, mediante a oferta de cursos de capacitação;
- quatro projetos visando ao acompanhamento profissional do servidor elaborados e implantados;
- níveis de comprometimento e eficiência dos servidores na execução de suas atividades ampliados, por meio de capacitações específicas, com foco nas competências e resultados e também nas competências complementares;
- políticas de acompanhamento, avaliação, desenvolvimento e valorização do servidor implantadas.

#### **vii. Corpo discente**

O Regimento Geral disciplina que o acesso à Universidade dar-se-á mediante processo seletivo em edital específico, em que serão divulgados elementos necessários para a inscrição dos candidatos, normas regimentais, turno de funcionamento e vagas oferecidas para cada curso, obedecendo ao princípio classificatório ou através de outras formas de acesso. Estas deverão respeitar a legislação vigente, considerando o que está previsto pelos sistemas de reserva de vagas disciplinados pelo Consu.

A organização do trabalho pedagógico visa apoiar o estudante, por meio das atividades preparadas nos colegiados, na superação das dificuldades de aprendizagem e na produção do conhecimento. A concessão de bolsas nos programas de monitoria de ensino, pesquisa e extensão e nos programas de iniciação científica aumentam a participação dos estudantes em atividades extracurriculares.

A política institucional de Assistência Estudantil agrega ações voltadas para a consolidação da permanência do estudante até o final de seu curso, mediante seu programa diretor, o Programa de Assistência Estudantil (PAE), que se divide em três subprogramas: residências universitárias, bolsa auxílio-permanência e apoio às atividades culturais, artísticas, desportivas e comunitárias.

O segmento estudantil terá representação nos órgãos colegiados da Universidade, de acordo com a legislação vigente e na forma do quanto disposto pelo Regimento Geral, organizados em Diretório Central de Estudantes (DCE), no âmbito da Universidade, e Diretório ou Centro Acadêmico (DA) no âmbito de cada curso do departamento. Os órgãos de representação estudantil poderão contar com o apoio financeiro da Universidade, em conformidade com a pertinência do pedido e em obediência ao orçamento aprovado.

### **viii. Acessibilidade**

Acessibilidade é a condição para utilização, com segurança e autonomia – total ou assistida –, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. “Barreiras” são qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação<sup>6</sup>.

A educação especial faz parte do processo de inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior. E as IES têm como função a organização de ações institucionais que garantam a integração à vida acadêmica de pessoas com deficiência, eliminando barreiras e promovendo a acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, materiais didáticos, sistemas de informação, práticas pedagógicas e em todas as atividades acadêmicas.

O grande desafio da acessibilidade na educação superior é criar condições para que os alunos possam permanecer na instituição e aprender conforme suas potencialidades.

A Uneb, por meio do Núcleo de Educação Especial (Nede), criado em 2003 e vinculado à extensão, organiza e efetiva a inclusão de alunos, professores e técnicos mediante a retirada de barreiras físicas e atitudinais, com a finalidade de garantir segurança no acesso e a permanência desses cidadãos nos programas da instituição, desenvolvendo um processo contínuo de informação, com vistas a uma efetiva cultura inclusiva.

Esta política de educação inclusiva define como princípios:

- posicionamento inclusivo, por meio de diversas ações implementadas por professores, alunos e funcionários para as comunidades interna e externa;

---

6 Decreto nº 5.296, capítulo III, artigo 8º, incisos I e II, de 02 dezembro de 2004.

- prática pedagógica inclusiva em todos os cursos da Universidade, a partir de uma visão contextual e interdisciplinar do ato educativo.

São objetivos da ação inclusiva na Uneb:

- transformar a Universidade em *locus* de efetivação das diversas práticas inclusivas;
- desenvolver projetos de apoio e acompanhamento aos estudantes, professores e funcionários que detenham necessidades educativas especiais;
- criar as condições para uma convivência adequada dos professores, funcionários e alunos com as pessoas que apresentam necessidades especiais;
- prestar acompanhamento aos alunos com necessidades especiais, buscando promover a sua autonomia e efetiva participação no contexto acadêmico;
- contribuir para a diminuição das demandas externas, seja por meio do apoio aos familiares de pessoas com deficiência, seja pelo atendimento ao sistema público de ensino, na forma de elaboração e implementação de projetos e/ou atividades de extensão.

Para o período deste PDI, diante dos avanços e dos desafios que se apresentam, foram estabelecidas como metas para a Política de Acessibilidade:

- pessoa com deficiência incluída no sistema de cotas;
- criação de condições físicas, materiais, financeiras e humanas para o desenvolvimento e monitoramento de pesquisas, acompanhamento e apoio técnico-pedagógico à pessoa com deficiência garantidos;
- ações voltadas para a inclusão e acessibilidade aprimoradas, corrigidas, multiplicadas e ampliadas, mediante a transversalidade destas questões no programa de ações afirmativas da Uneb;
- barreiras atitudinais, arquitetônicas, urbanísticas, instrumentais, ergonômicas, comunicacionais, metodológicas, programáticas, tecnológicas e informacionais removidas;
- inclusão dos alunos, professores e funcionários com necessidades educativas especiais facilitadas, em todas as atividades e programas da Universidade, estendendo o apoio às famílias, assegurando a igualdade de oportunidades;
- apoio aos departamentos e às demais unidades organizacionais ampliado, informando e disponibilizando equipamentos tecnológicos para o atendimento aos estudantes portadores de necessidades especiais.

## ix. Sistema de Bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas (Sisb), formado pela biblioteca Professor Edivaldo Machado Boaventura, no *campus* I e em 23 unidades setoriais, localizadas nos departamentos dos demais *campi*, tem como objetivo reunir, organizar, armazenar, conservar, disseminar, divulgar e manter atualizados os acervos bibliográficos e multimídias referentes aos assuntos que integram os programas acadêmicos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão nas suas respectivas áreas.

O acervo é constituído mediante a compra, doação e/ou permuta de livros, publicações periódicas, multimeios nos seus diversos formatos, de todas as áreas do conhecimento, priorizando os cursos oferecidos pela Universidade, especialmente os cursos recém-implantados e em processo de reconhecimento. Atualmente, o acervo atual das 24 bibliotecas totaliza 157.177 títulos e 427.679 exemplares.

O acesso ao acervo das bibliotecas se dá através da base de dados bibliográficos, utilizando o *software* Pergamum. A descrição bibliográfica obedece ao padrão MARC de catalogação. São oferecidos os serviços de acesso ao Portal da Capes – que permite ao usuário consultar e fazer o *download* de resumos e textos completos de mais de 12.479 títulos de periódicos renomados, nacionais e estrangeiros, e ao Banco de Teses e Dissertação do IBICT.

Atualmente, todas as 24 bibliotecas integradas ao Sisb são informatizadas. A pesquisa no acervo é feita diretamente pelo usuário em computadores instalados em suas sedes ou via internet, por meio do *software* Pergamum, que possibilita ao usuário acessar o catálogo do acervo, proceder a renovações e reservas de livros, consultar e acompanhar o histórico de empréstimo e devolução, receber por e-mail comprovantes de renovações e reservas, além de alertas sobre o vencimento dos prazos de empréstimos e a chegada de novas aquisições, conforme a área de interesse.

São metas para os próximos cinco anos:

- bibliotecas equipadas e reequipadas;
- espaço físico da Biblioteca Central ampliado, com instalação de salas com cabines individuais, para leitura e acesso à internet;
- espaços das bibliotecas setoriais reformados e ampliados;
- acervo bibliográfico atualizado;
- ações promovidas que garantam a manutenção e divulgação do acervo informacional das bibliotecas (nos suportes físicos e digitais);
- repositório digital instalado, como forma de armazenamento de objetos digitais, exclusivamente, produzidos pela Uneb;
- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) atualizada.

## x. Serviço Médico, Odontológico e Social

O Serviço Médico Odontológico e Social (SMOS) é um órgão suplementar da Uneb, vinculado ao Departamento de Ciências da Vida – *campus* I, responsável por oferecer assistência ambulatorial nas especialidades: médica, odontológica, psicológica, fisioterápica e nutricional para técnicos, docentes, discentes e seus dependentes.

Seus objetivos buscam atender à política de humanização e acolhimento preconizada pelo Ministério da Saúde:

- desenvolver atividades clínicas e educacionais visando à prevenção das doenças e promoção à saúde;
- proporcionar espaço para a aprendizagem nas áreas de ensino, pesquisa e extensão nos cursos do DCV I;
- implementar ações educativas na área de saúde da mulher, do adulto e da criança, tais como oficinas, palestras, seminários e rodas de debates.

Para os próximos cinco anos, são metas do SMOS:

- quadro de médicos recomposto, mediante concurso público, a fim de substituir os servidores aposentados e/ou afastados por licença;
- especialidade de endodontia no consultório odontológico implementada, bem assim a especialidade de medicina do trabalho, visando sanar os problemas decorrentes da saúde do trabalhador;
- produtividade mensal do SMOS de consultas médicas e odontológicas ampliadas em 20%, e parceria com os colegiados dos cursos de enfermagem e fisioterapia estabelecida para atendimento ao público;
- laboratório para realização de citologia oncológica implantado, em parceria com o colegiado de farmácia, e estrutura física do SMOS ampliada, com a construção de seis novos consultórios;
- atendimento médico ao público do Distrito Sanitário ofertado;
- processo de avaliação do SMOS concluído, até 2017, com o objetivo de estabelecer convênio com o SUS.

## xi. Editora

A editora universitária representa, para uma instituição acadêmica, um espaço estratégico e político da mais alta relevância, pois é nele que se consolida, oficializa, legitima, difunde e socializa o saber produzido na Universidade. É através de seu catálogo que a comunidade científica pode conceber o exercício da produção do saber acadêmico e da competência técnica e teórica de fazer ciência.

A Editora da Universidade do Estado da Bahia (EdUneb), ciente desse seu papel, tem garantido a avaliação com competência sobre o mérito de sua produção acadêmica, o exercício e a gestão dos projetos de publicação, divulgação, distribuição e comercialização dentro e fora da Universidade, por meio de um corpo de professores altamente qualificados que compõem o Conselho Editorial. Neste quesito, incluem-se produtos que contribuem para ampliar a divulgação e o acesso aos livros editados, possibilitando aos leitores conhecerem a produção acadêmica em seus variados suportes e, também, àqueles leitores com necessidades especiais terem acesso no seu suporte específico. Essa política oferece aos autores uma maior visibilidade de sua obra, ampliando a frequência com que são citados.

O apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão, em todas as áreas do conhecimento, reforçam o propósito de viabilizar o cumprimento do compromisso e da responsabilidade social, função precípua de uma instituição pública.

A EdUneb, em observância aos seus objetivos, política editorial, resultados e impactos, tem se revelado um fator positivo para a avaliação assertiva nos organismos federais e estaduais, além da respeitabilidade que granjeou no mercado editorial brasileiro das editoras universitárias, com reflexos na avaliação e qualificação dos professores, programas de pós-graduação e da Universidade.

O avanço da editora nos quesitos de qualidade da produção técnica e de conteúdo tem servido sobremaneira para o fortalecimento do compromisso social e político defendido em seu projeto: contribuir para a circulação e socialização do saber científico com o mundo, por meio dos materiais que publica.

Os anseios acadêmicos associados aos avanços tecnológicos apresentam novos desafios a serem superados, com a ampliação da capacidade de produção e a incorporação às ações da EdUneb de novos formatos, canais de publicação e socialização do saber. Além das publicações impressas, pode-se citar a publicação de livros/periódicos digitais e áudio-livros e a implantação do Repositório Institucional. Assim, para os próximos cinco anos, são metas da EdUneb:

- investimento na produção de periódicos da instituição, na produção técnica, científica, cultural e

- artística do seu corpo docente e na atuação e orientação em pesquisa e pós-graduação ampliado;
- participações em eventos científicos e literários relevantes, do país e do mundo, apoiadas;
- Feiras do Livro realizadas em todos os *campi*, para socialização das obras produzidas pela editora;
- publicação anual de 60 livros impressos, 30 livros digitais e dez áudio-livros por meio de edital específico apoiada;
- Livrarias universitárias implantadas nos diversos *campi*.

## 10. PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

### i. Perfil de egresso

A Universidade tem se empenhado para ampliar os programas de apoio a egressos, firmando parceria com representantes da comunidade estudantil, incorporando novos mecanismos de ação e promovendo a implantação de outros programas de assistência estudantil, a exemplo de banco de estágios, bolsa-auxílio para estudantes de baixa renda, assistência à saúde, atendimento psicopedagógico, espaço físico para participação e convivência estudantil e acompanhamento.

O acompanhamento aos egressos é realizado nos departamentos, por meio de pesquisas coordenadas pelos colegiados e por intermédio da pesquisa institucional qualificada, gerando relatórios divulgados e disponibilizados nas bibliotecas de todos os departamentos.

A avaliação de egressos dos cursos de graduação prioriza as questões sociais e educacionais relativas aos cursos/habilitações dos diversos *campi* e dimensiona as múltiplas relações entre o mercado de trabalho e os cursos oferecidos pela Universidade.

Estas informações possibilitam identificar avanços, pontos de estrangulamento dos cursos e, sobretudo, ajudam a compreender a função da Universidade em cada contexto e a redimensionar a sua prática pedagógica e social.

### ii. Seleção de conteúdos

Os cursos de graduação da Uneb consideram, na seleção de conteúdos, a sua relevância na formação do estudante, tendo em vista o exercício profissional e o desenvolvimento humano.

Os conteúdos relacionam-se com os objetivos que se deseja alcançar e aos métodos de ensino que permitirão o alcance desses objetivos, que, no caso particular da Uneb são: aprender a identificar, mobilizar e utilizar conhecimentos, saberes, habilidades, temas, afetos, crenças, princípios e atitudes; construir a visibilidade de uma competência, entendendo-a como uma dimensão do processo de desenvolvimento humano; e desenvolver conteúdos simbólicos diferenciados de atividades que serão transformados, reflexiva e intencionalmente, em novos conteúdos de atividades mais complexas e diversificadas.

### iii. Princípios metodológicos

Os princípios metodológicos que norteiam o atendimento às diretrizes pedagógicas nesta Universidade devem caminhar no sentido de:

- entender a Ciência e a produção de conhecimento como sendo um espaço de produção e disseminação de conhecimento, fortalecido pelo protagonismo dos sujeitos envolvidos e pelo desenvolvimento da cultura da pesquisa na dinâmica da atuação docente e discente, bem como pela responsabilidade social inerente a esse processo de produção;
- destacar que o avanço do conhecimento científico, a socialização desse conhecimento e a sua função de iluminar o senso comum permeiam as ações educativas que integram os cursos de graduação;
- definir a iniciação à pesquisa como sendo metodologicamente necessária ao crescimento dos cursos de graduação, para garantir a internalização do espírito investigativo e das habilidades propiciadas pelas pesquisas; em igual medida, a integração entre graduação e pós-graduação, a participação em eventos científicos e em outras atividades educativas e organizativas, na medida em que articulam ensino, pesquisa e extensão e viabilizam vivências interdisciplinares e interinstitucionais;
- defender a interdisciplinaridade como um sentido maior da formação do graduando, caracterizando-a pela interação e pela partilha entre especialistas de diferentes áreas, com conseqüente enriquecimento de todos os atores envolvidos no processo;
- colocar os processos tecnológicos como essenciais aos processos metodológicos e necessários à construção de metodologias inovadoras, na medida em que incentivam os estudantes a desenvolverem habilidades, despertam o interesse científico, estimulam a busca de conhecimentos e sua relação com outros temas.

#### **iv. Processo de avaliação**

A avaliação do ensino de graduação observa o papel social do curso, localizando-o nos contextos local, regional e nacional; o perfil do formando/egresso/profissional, considerando as demandas e desafios da sociedade contemporânea; as competências/habilidades/atitudes, considerando que uma proposta curricular precisa estar em conformidade com o projeto pedagógico institucional e que deve ser organizada com base em uma determinada visão de homem, de mundo, de sociedade e de educação; e a hierarquização do conhecimento e da especialização profissional.

#### **v. Atividade prática profissional, atividades complementares e de estágios**

A avaliação contemplará a organização do curso, observando a prática profissional, os estágios, as atividades complementares e o trabalho de conclusão de curso. Ademais, acompanhará as modalidades diversas de estágios como o estágio escolar ou de docência, estágio-pesquisa, estágio-comunitário, estágio-organizacional, estágio-clínico e estágio-técnico.

No que concerne às atividades complementares, cabe ressaltar que fazem parte de uma determinação vigente para todos os estudantes, de qualquer curso de graduação. Elas têm como finalidade registrar a participação em eventos, a atuação em núcleos temáticos, as atividades de extensão, os estágios extracurriculares, as atividades de iniciação científica e de pesquisa, a publicação de trabalhos, a participação em órgãos colegiados e a monitoria, entre outras.

## **11. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

O primeiro ciclo de autoavaliação na Uneb, realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), compreendeu o período entre 2006 e 2009 e teve seus relatórios publicados em 2010. Essa primeira avaliação fundamentou-se na análise do PDI 2002-2006 e de outros documentos institucionais, na consulta aos três segmentos da comunidade universitária e aos gestores, em pesquisas com os egressos sobre evasão nos cursos de graduação e em pesquisa de imagem pública da instituição.

Apesar dos avanços e da maior visibilidade conquistada para as questões da autoavaliação, a consolidação de uma cultura de avaliação institucional na Uneb ainda permanece um desafio. Os relatórios gerados pelo primeiro ciclo de autoavaliação e de credenciamento apontam para uma fragilidade nas comissões setoriais da maioria dos departamentos. No mesmo sentido, também apresenta fragilidade a apropriação dos resultados da avaliação na melhoria dos processos institucionais, fazendo-se necessária a constitui-

ção de espaços em que os órgãos de avaliação, planejamento e gestão possam dialogar, a exemplo da Comissão de Elaboração deste PDI.

O início do novo ciclo de autoavaliação da Universidade tem sido postergado devido à participação da CPA em processos externos de avaliação, tais como o conduzido pela Comissão Estadual de Estudos da Avaliação da Educação Superior (Ceaes), vinculada à Secretaria Estadual de Educação, que tem por objetivo fornecer subsídios à consolidação e acompanhamento de uma política para a educação superior na Bahia.

Cabe ressaltar que a persistência do trabalho de sensibilização que vem sendo realizado ao longo desses anos tem colaborado, gradativamente, para ampliar a receptividade e adesão aos processos avaliativos. O planejamento da CPA para o quinquênio 2013-2017 foi elaborado com base em princípios, diretrizes e metas que buscam enfrentar os desafios descritos. São princípios norteadores dos processos de autoavaliação institucional na Uneb:

- respeito à identidade institucional;
- globalidade;
- incentivo à ampla participação da comunidade acadêmica;
- descentralização;
- impessoalidade;
- legitimidade política e técnica;
- flexibilidade e gradualidade;
- funcionalidade estimuladora da melhoria de processos;
- caráter formativo.

As metas para os próximos cinco anos dão conta da realização das jornadas anuais de autoavaliação e do novo ciclo de autoavaliação institucional, cujos relatórios devem ser publicados em 2015; da consolidação das comissões setoriais nos 29 departamentos, incluindo a revisão do regimento das comissões e a criação do programa de monitoria de avaliação institucional; da participação nas reuniões e ações dos fóruns das CPAs das estaduais baianas, das IES públicas e da Ceaes; e da realização do primeiro ciclo de avaliação docente na Uneb.

## 12. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

### i. Planejamento econômico-financeiro

As restrições orçamentárias e financeiras constituem-se em fatores críticos limitantes à otimização das ações da Universidade, fortalecendo os argumentos quanto à necessidade de definição e implementação de uma política consistente de captação de recursos, garantindo desempenho e resultados positivos à comunidade baiana através de investimentos significativos e aporte de recursos ao planejamento econômico-financeiro.

Não obstante essas restrições, a Uneb tem implementado medidas internas voltadas à redução de custos, melhoria da qualidade do gasto, eficiência, eficácia, efetividade e produtividade na aplicação dos recursos públicos.

Reconhece-se que houve um incremento no orçamento da Universidade, o qual ainda não responde, todavia, às reais necessidades da instituição.

Observando-se o desempenho financeiro relativo ao orçamento do Governo do Estado nos anos recentes, pode-se afirmar que o seu crescimento não foi suficiente para atender às demandas da Universidade, em contínua expansão.

Esse quadro sugere que o ambiente externo transita com poucas perspectivas para novas transferências de recursos orçamentários estaduais diretamente para a Uneb, o que implica na adoção de estratégias para a atração de novos recursos financeiros de outras fontes de financiamento. A meta é agregar aos recursos do Tesouro o mínimo de 65 milhões de reais a cada ano, no próximo quinquênio, originários de:

- emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União;
- convênios e contratos de repasses com os diversos ministérios e órgãos do Governo Federal;
- convênios com secretarias e órgãos dos governos estadual e municipal, com órgãos e instituições governamentais, com instituições não governamentais, com a iniciativa privada e com o Terceiro Setor.

## **ii. Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira**

Os quadros 02 e 03, referentes ao demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira do período 2013-2017, foram elaborados tendo como parâmetro o orçamento 2013. Os valores previstos no Plano Plurianual 2012-2015 não foram utilizados por apresentarem defasagem em relação ao orçamento aprovado em 2013.

Para o exercício 2013, manteve-se o teto estimado pelo orçamento, enquanto que para os demais anos adotou-se a correção dos valores em 6,5% ao ano, ou seja, a partir do limite superior da meta de inflação prevista pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Banco Central do Brasil. A escolha deste índice justifica-se por ser o indicador oficial de inflação do Governo, comumente utilizado para a correção de preços nos diversos setores da economia. Além disso, considerou-se também a expectativa de recrudescimento inflacionário, que exerce influência direta sobre os níveis de arrecadação do Estado.

**QUADRO 01**  
**RECEITAS UNEB 2013-2017**  
**BAHIA, 2013**

	2013	2014	2015	2016	2017
A. Transferências do Estado/ Recursos do Tesouro (Fontes 00/14/60)	359.544.200	382.914.573	407.804.020	434.311.282	462.541.515
Fonte 00	214.000	227.910	242.724	258.501	275.304
Fonte 01	146.000	155.490	165.597	176.361	187.824
Fonte 14	359.184.200	382.531.173	407.395.699	433.876.420	462.078.387
Fonte 60	0	0	0	0	0
B. Receita Arrecadação direta pela Uneb (1+2+3)	42.115.571	45.824.083	48.810.533	51.983.218	55.362.127
1. Correntes	27.494.778	29.915.847	31.865.524	33.936.784	36.142.675
Receita Patrimonial	2.131.632	2.319.334	2.470.490	2.631.072	2.802.092
Receita Agropecuária	30.855	33.572	35.760	38.084	40.560
Receita de Serviços	12.110.310	13.176.690	14.035.442	14.947.746	15.919.350
Transferências Correntes	13.218.896	14.382.894	15.320.257	16.316.074	17.376.618
Outras Receitas Correntes	3.085	3.357	3.576	3.808	4.055
2. Capital	1.195.506	1.300.778	1.385.552	1.475.613	1.571.528
Alienação de Bens	4.567	4.969	5.293	5.637	6.003
Transferência de Capital	1.190.940	1.295.809	1.380.259	1.469.976	1.565.525
3. Intra-orçamentárias correntes	13.425.287	14.607.458	15.559.457	16.570.821	17.647.925
Receita de Serviços	13.425.287	14.607.458	15.559.457	16.570.821	17.647.925
<b>TOTAL (A + B)</b>	<b>401.659.771</b>	<b>428.738.656</b>	<b>456.614.554</b>	<b>486.294.500</b>	<b>517.903.642</b>

Fonte: Proplan

**QUADRO 02**  
**DESPESAS UNEB 2013-2017**  
**BAHIA, 2013**

	2013	2014	2015	2016	2017
A. Despesas correntes	388.035.771	414.104.096	441.031.072	469.698.092	500.228.468
1. Pessoal e encargos	248.536.000	264.690.840	281.895.745	300.218.968	319.733.201
Tesouro	248.536.000	264.690.840	281.895.745	300.218.968	319.733.201
Fonte 00	0	0	0	0	0
Fonte 14	248.536.000	264.690.840	281.895.745	300.218.968	319.733.201
Fonte 60	0	0	0	0	0
Outras Fontes	0	0	0	0	0
2. Outras despesas correntes	139.499.771	149.413.256	159.135.328	169.479.124	180.495.267
Tesouro	97.786.200	104.142.303	110.911.553	118.120.804	125.798.656
Fonte 00	214.000	227.910	242.724	258.501	275.304
Fonte 01	146.000	155.490	165.597	176.361	187.824
Fonte 14	97.426.200	103.758.903	110.503.232	117.685.942	125.335.528
Fonte 60	0	0	0	0	0
Outras Fontes	41.713.571	45.270.953	48.223.775	51.358.320	54.696.611
Fonte 40	33.751.000	35.944.815	38.281.228	40.769.508	43.419.526
Fonte 61	7.962.571	8.480.138	9.031.347	9.618.385	10.243.580
Fonte 63	0	500.000	523.200	557.208	593.427
Fonte 64	0	346.000	362.000	385.530	410.589
Fonte 66	0	0	26.000	27.690	29.490
B. Despesas de capital	13.624.000	14.634.560	15.583.481	16.596.408	17.675.174
1. Investimentos	13.624.000	14.634.560	15.583.481	16.596.408	17.675.174
Tesouro	13.222.000	14.081.430	14.996.723	15.971.510	17.009.658
Fonte 00	0	0	0	0	0
Fonte 14	13.222.000	14.081.430	14.996.723	15.971.510	17.009.658
Fonte 60	0	0	0	0	0
Outras Fontes	402.000	553.130	586.758	624.898	665.516
Fonte 40	402.000	428.130	455.958	485.596	517.159
Fonte 61	0	0	0	0	0
Fonte 63	0	125.000	130.800	139.302	148.357
Fonte 64	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>401.659.771</b>	<b>428.738.656</b>	<b>456.614.554</b>	<b>486.294.500</b>	<b>517.903.642</b>

Fonte: Proplan







